

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 33 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7059119>



INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: FOCO NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO BRASIL¹

Raquel Amélia dos Santos²

Deivid de Souza Soares³

Alma Rosa Hernández Mondragón⁴

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos⁵

Resumo

Este estudo, decorrente de uma pesquisa documental, teve por objetivo analisar as proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino do componente curricular de língua inglesa no âmbito das possibilidades de implementação de processos de internacionalização nos anos finais do ensino fundamental. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo com objetivo exploratório. O corpus analítico-discursivo da pesquisa consistiu no documento em tela – BNCC. A técnica de análise dos dados utilizada foi a análise de conteúdo. Os principais achados da pesquisa apontam para o componente como meio de construção de saberes interculturais. Assim, concluímos tais proposições apontam para inserção do estudante no mundo globalizado.

Palavras chave: BNCC. Ensino Fundamental. Internacionalização. Língua Inglesa.

Abstract

This study, resulting from legal research, aimed to analyze the propositions of the National Common Curricular Base (BNCC) for the teaching of the English language curriculum component within the scope of the possibilities of implementing internationalization processes in the final years of elementary school. The methodology used was of a qualitative nature with an exploratory objective. The analytical-discursive corpus of the research consisted of the document called BNCC. The data analysis technique used was content analysis. The main findings of the research point to the component as a means of building intercultural knowledge. Thus, we conclude such propositions point to the insertion of the student in the globalized world.

Keywords: BNCC. Elementary School. English Language. Internationalization.

INTRODUÇÃO

A educação na contemporaneidade está passando por muitas transformações diante das demandas da sociedade do conhecimento, como por exemplo, inclusão das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, de atividades de internacionalização diante do mundo globalizado, dentre outras questões (SANTOS, 2018). Neste sentido, pensar o processo educativo nos diferentes níveis, seja na

¹ Uma versão prévia da presente pesquisa foi apresentada no VII Simpósio Internacional de Docência Universitária (AIDU), Cidade do México, 2017.

² Mestra em Educação pela Universidade La Salle (UNILASALLE/Canoas). Professora na Rede Municipal de Canoas/RS. E-mail para contato: raquelameliasantos@gmail.com

³ Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor na Rede Municipal de Canoas/RS. E-mail para contato: deividdesouza@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Educação. Professora e pesquisadora pela Universidad La Salle México (ULSA). E-mail para contato: alma.hernandez@ulsa.mx

⁵ Pós-doutor em Educação. Doutor e Mestre em Educação. Docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail para contato: guilherme.mendes@unir.br



educação básica ou superior, é de fundamental importância para novas reflexões no âmbito da pesquisa científica.

Deste modo, este trabalho centrou-se nas discussões referentes à educação básica, uma vez que ela é a etapa pregressa ao nível superior e sua trajetória na vida acadêmica do estudante reflete no seu fazer discente nas instituições universitárias e, por extensão, no comprometimento com a sua aprendizagem. Sendo assim, ao considerarmos que a língua estrangeira é um componente curricular importante no contexto contemporâneo, esta pesquisa objetivou analisar um tema emergente na pesquisa educacional – a internacionalização – no novo marco regulatório legal da educação nacional brasileira que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com ênfase na língua inglesa (BRASIL, 2018).

O ensino de língua estrangeira nos anos finais do ensino fundamental, que compreendem do 6º ano ao 9º ano, é componente obrigatório e pertencente à parte diversificada do currículo. Por isso, no que diz respeito à formação intelectual do estudante, a escola tem a função de viabilizar, encaminhar e ampliar progressivamente os horizontes deles ao longo de suas trajetórias nos processos de ensino-aprendizagem por meio de distintas estratégias didático-pedagógicas (SILVA; WEIDE, 2014). Dentre elas, destacamos a socialização de conhecimentos, a criação de oportunidades de interação permanente com os saberes, assim como a realização de ações favoráveis ao desenvolvimento de habilidades que permitam sua inserção nesses processos de forma abrangente e participativa (BRASIL, 2018).

As orientações para essa formação estão sistematizadas no documento, num encadeamento entre eixos organizadores que compreendem a oralidade, a escrita, os conhecimentos linguísticos e a dimensão intercultural. Esses eixos são divididos em unidades temáticas correspondentes, que se subdividem em objetos de conhecimento alinhados correlatamente às habilidades a serem desenvolvidas nos alunos. Essa composição baliza normativa e sistematicamente a construção dos currículos e dos planejamentos do fazer pedagógico alinhando-o com as finalidades, neste caso, língua inglesa como componente curricular nos anos finais do ensino fundamental.

Posto isso, nossa problemática de pesquisa foi: “*De que modo a internacionalização estava sendo proposta para o ensino de língua inglesa para os anos finais do ensino fundamental na BNCC?*”.

Desta maneira, reiteramos que o objetivo deste artigo consistiu em analisar as proposições da BNCC (BRASIL, 2018) para o ensino de língua inglesa/componente curricular no âmbito das possibilidades de implementação de processos de internacionalização nos anos finais do ensino fundamental.

Neste sentido, identificamos a necessidade de tornar o ensino de língua mais dinâmico e contextualizado, com vistas no desenvolvimento da autonomia, e na capacidade de mobilização dos saberes. Para tanto, é preciso ampliar as oportunidades de interação dos alunos com esses



conhecimentos linguísticos e garantir a continuidade desses processos em situações sociais que requerem o uso da língua estudada. Essa continuidade pode ocorrer por meio de experiências concretas, não apenas as relacionadas aos conteúdos curriculares, mas as que constituem vivências culturais que caracterizam a língua inglesa como língua franca.

De acordo com Finardi, Santos e Guimarães (2016), o domínio de uma segunda língua ao longo da formação escolar contribui para maiores oportunidades de acesso, do exercício pleno da cidadania e, por extensão, da compreensão de novos territórios de uma forma mais holística e inclusiva. Ademais, os autores ressaltam que, ao ser proficiente em um outro idioma, as experiências de internacionalização podem ser mais significativas para o sujeito e contribuir para a sua aprendizagem ao longo da vida.

Na próxima seção abordaremos o parecer da Base Nacional Comum Curricular sobre a língua inglesa como componente curricular. Por conseguinte, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, a análise dos dados, as considerações finais e as referências que serviram para fundamentar este estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa teve abordagem qualitativa com objetivo exploratório, tendo a pesquisa documental como procedimento técnico. De acordo com Gil (2012), a investigação qualitativa foca na produção de reflexões, releituras e novas considerações sobre um determinado fato ou fenômeno sem a utilização de métodos estatísticos e matemáticos. Já o objetivo exploratório, tem por foco realizar estudos voltados à exploração de temas com pouca produção, ou com um olhar que não é tão expressivo na área (CRESWELL, 2010). No nosso caso, o exploratório referiu-se à internacionalização na educação básica voltada para o ensino de língua inglesa.

A pesquisa documental, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), consiste na análise de documentos primários e secundários, correspondendo para este artigo, a BNCC, promulgada em 2018. Por conseguinte, a BNCC (BRASIL, 2018) se constitui como nosso corpus analítico-discursivo.

Como técnica de análise, utilizamos a análise de conteúdo Bardin (2016). Deste modo, realizamos a leitura flutuante do documento a fim de encontrar elementos que pudéssemos identificar questões voltadas ao ensino de língua inglesa e que apontassem aspectos voltados à internacionalização. Na sequência, lemos os dados na íntegra e exploramos o material. Por fim, tratamos os dados e construímos as categorias analíticas.



Deste modo, a partir da análise do conteúdo, emergiram duas grandes categorias analíticas para a nossa pesquisa, a saber: 1) *a língua inglesa como componente curricular na BNCC* e; 2) *A internacionalização na BNCC: possibilidades educativas*.

Na próxima seção, apresentamos os resultados da pesquisa e as interlocuções teóricas com a temática.

ANÁLISE DOS DADOS

O estudo focalizou o tratamento dado pela BNCC para o ensino da Língua Inglesa como componente curricular, numa abordagem a partir dos eixos organizadores cujas proposições indicam possibilidades para a inserção de atividades de internacionalização nos anos finais do ensino fundamental. Além disso, apresentamos aspectos elaborados por Thiesen (2018a), Thiesen (2018b) e outros autores sobre a origem e as implicações da internacionalização nos currículos da Educação Básica no Brasil e em escala mundial.

A língua inglesa como componente curricular na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um dos mais novos marcos regulatórios⁶ da educação nacional. Foi promulgada em 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), pelo governo presidido, na época, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelo representante Michel Temer.

Consiste num dispositivo que focaliza sua atenção e diretrizes para a educação básica, de modo a estabelecer normativas jurídico-pedagógicas contemplando um novo olhar para esta etapa obrigatória da formação estudantil. Para tanto, propõe normativas, apresenta seus pressupostos teórico-epistemológicos, bem como estratégias e ações de ensino-aprendizagem, por meio de habilidades e competências, para que se possa ter uma educação de qualidade.

No documento é possível perceber a indicação para a abertura de construção e elaboração dos currículos com alcance intercultural, de modo normativo, vinculado e progressivo. Além de conter a indicação dos conhecimentos que devem fazer parte do currículo das redes educacionais de todo o país, delinea a ordenação de competências e habilidades como aspectos essenciais de operacionalização do ensino. Conforme indica o próprio documento:

⁶ Entendidos como documentos originários de reuniões nacionais, internacionais, convenções, organismos público-privados, entre outros (SANTOS, 2018).



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 07)

Posto isso, verificamos que a Base salienta que o aprender compreende o direito do aluno e não apenas um dever ou necessidade. Portanto, os componentes curriculares são organizados para promover e favorecer tanto os processos de ensino como os processos de aprendizagem. Assim, língua inglesa no ensino fundamental deve propiciar novas formas de construção de conhecimentos e de participação dos alunos no mundo social e globalizado.

Portanto, o documento considera o encadeamento de três dimensões do ensino da língua: a primeira consiste no aspecto *formativo*, que volta o foco do ensino para sua função sociopolítica de língua internacionalizada e, não apenas de falantes nativos. Já a segunda dimensão, o *letramento*, ou seja, a atuação do sujeito sobre esse objeto social no que diz respeito à funcionalidade e finalidade no mundo contemporâneo. Por último, a terceira dimensão, aponta para a necessidade de vinculá-la à sua natureza de *língua franca*, cujo ensino deve contemplar a importância das culturas locais e os variados modos de interações comunicativas estabelecidos nas diferentes localidades através da língua inglesa.

Tais dimensões norteiam os eixos organizadores da Base, sendo eles os seguintes: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. Neste sentido, há que se compreender as dimensões contempladas por esses eixos que se dividem em: unidades temáticas, objeto do conhecimento e habilidades. (BRASIL, 2018)

O eixo *Oralidade* tem a ver com os aspectos orais da língua inglesa envolve as práticas de fala e de escuta das pronúncias aliadas às construções de significados entre envolvidos nas interações presenciais, nas conversas, nos debates etc. O eixo da leitura está relacionado às interações do estudante com a escrita, na construção de sentidos, na interpretação e na variedade textual que circula em contextos sociais diversos. O eixo da Escrita está voltado para as produções textuais em situações partilhadas e interativas e autônomas. O eixo Conhecimentos linguísticos diz respeito ao estudo lexical, gramatical e estruturais e sistêmicos da língua. O eixo Intercultural está ligado ao seu *status* de língua franca que a caracteriza em sua forma democrática, acessível e de alcance global (BRASIL, 2018).

Essa categorização confere-lhe, de certa forma, uma dimensão livre ao desvinculá-la de especificidades locais e culturais, dando-lhe um caráter de interculturalidade. Sendo esta, uma forma de expandir e viabilizar o ensino por meio da inserção de atividades comunicativas que possibilitem interações culturais, além das fronteiras do país por meio do uso da *internet* e de tecnologias acessíveis ao jovem no contexto de escolares. Esse *status* de língua franca expande suas possibilidades, não apenas



como componente obrigatório na educação básica, mas também como elemento facilitador na implementação de projetos ou atividades de internacionalização na educação. Ao situá-la nessa categoria, a Base assinala sua importância para a formação do estudante na trajetória escolar e para, além disso, no mercado de trabalho e em possíveis relações interculturais e internacionais.

Assim, inferimos que o documento da BNCC (BRASIL, 2018), caracteriza a língua inglesa não apenas como componente curricular, mas como uma forma de conexão do ensino escolar com os saberes linguísticos inerentes a um idioma intercultural. Entendemos que é possível, por meio de práticas pedagógicas diversificadas, possibilitar aos estudantes experiências voltadas ao contexto internacional, proporcionando a eles uma abertura para novas realidades, perspectivas e oportunidades neste mundo globalizado na sociedade do conhecimento.

Por conseguinte, potencializar a abertura de novos percursos formativos capazes de favorecer o engajamento do aluno em sua própria aprendizagem. No eixo oralidade, a partir do 6º ano do ensino fundamental, as proposições do documento indicam a construção de laços afetivos como objeto do conhecimento como habilidade de interação com a língua inglesa por meio de intercâmbios orais, ou seja, a percepção, teoria e prática de um novo idioma por meio de ações direcionadas ao ensino e aprendizagem. De acordo com a Base (BRASIL, 2018, p. 245) a proposta é que o estudante possa “interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua inglesa”.

No eixo da leitura, encontra-se o item construção de repertório lexical e autonomia leitora como objeto do conhecimento, cuja habilidade a ser desenvolvida é a explorar ambientes virtuais como *sites*, *blogs*, fóruns e outros a fim de potencializar as aprendizagens e as construções de sentido e significados. Essa diretriz dispõe-se como possibilidade de criar oportunidades de interação do estudante com textos escritos e com conversações por meio de outras mídias acessíveis nesses ambientes. Desta forma, os processos de ensino da língua, podem valer-se das tecnologias e seus usos nessas interações contextualizadas em que a língua inglesa pode ser vivenciada por falantes nativos ou não, por meio de textos escritos ou falados.

O eixo Dimensão intercultural provém do entendimento sobre as diversas construções culturais, evidenciadas na contemporaneidade. Nessa perspectiva, o texto considera diferentes grupos humanos com costumes, interesses, saberes linguísticos e diferentes conexões com o mundo. Essa dimensão apoia-se na ideia da língua inglesa como língua franca, cujo processo de aprender “implica problematizar os diferentes papéis da própria língua inglesa no mundo” (BRASIL, 2018, p. 243).

Esses eixos, embora tratados separadamente na BNCC, devem compor o fazer pedagógico no ensino da língua inglesa de forma indissociável nos contextos escolares do país.



Assim, o ensino da língua inglesa vai sendo incluído na vida do estudante, proporcionando a ampliação do repertório lexical e de suas formas de comunicação. Isto posto, infere-se que a construção dessas habilidades pode constituir meios de ensino e de aprendizagem e, ao mesmo tempo, de práticas de internacionalização no ensino fundamental. O que pode viabilizar a democratização dos saberes sobre a língua e de sua apropriação por parte do estudante, de modo que possa instrumentalizar e mobilizar os conhecimentos construídos nesse processo.

Os novos alcances do ensino da língua inglesa e de outros componentes curriculares no Brasil provêm das políticas tradicionalmente construídas com base na educação de países de cultura hegemônicas. Já a BNCC (BRASIL, 2018) situa a língua inglesa na categoria de língua intercultural como prioridade para sua função social, legitimando a prática de falantes do mundo inteiro e não apenas dos falantes nativos. Logo, a internacionalização pode ser viabilizada nas práticas pedagógicas elaboradas a partir do lugar dado à língua no documento.

A internacionalização na BNCC: possibilidades educativas

O trabalho pedagógico nos contextos educacionais revela a construção organizacional normativa dos documentos norteadores do ensino, assim como elementos socioculturais nesses ambientes educativos.

Tais construções referenciam as práticas pedagógicas que aliadas aos elementos produzidos nas culturas locais e nas situações já vivenciadas definem os modos de produção dos saberes coletivos e individuais. Assim, um currículo local vai sendo constituído com suas implicações, orientações e intenções educativas. Como resultado das conciliações entre o fazer formal e o fazer informal dos sujeitos educativos, surge o currículo denominado pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental (BRASIL, 2013) como currículo vivo resultante das práticas e valores provenientes desta dinâmica.

Os sujeitos envolvidos nesse processo desenvolvem meios de operacionalizar os saberes dispostos nesse currículo. Portanto, no caso específico do fazer pedagógico voltado para o ensino da língua inglesa, as relações educativas fundadas sob a égide dos documentos legais normativos, como a BNCC (BRASIL, 2018), do currículo construído a partir das relações entre os sujeitos nos espaços escolares, pode ser um meio de ampliar as ações e formas dessas operações.

Neste seguimento, o estudo encontra respaldo, não só para a possibilidade, mas para a indicação de implementação de processos de internacionalização a partir do 6º ano do ensino fundamental por meio de práticas pedagógicas que aproximem o estudante da língua inglesa como objeto de conhecimento de formas contextualizadas. Para isso, leva em consideração a funcionalidade, finalidades



e possibilidades da língua, para além, da categorização como componente curricular, dada pela BNCC (BRASIL, 2018) e pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental (BRASIL, 2013).

Vale lembrar que o ensino da língua inglesa, no Brasil, como componente curricular, muitas vezes se reduz ao ensino da gramática e de alguns termos lexicais, omitindo o eixo da leitura, da produção escrita, dos saberes linguísticos e interativos. No entanto, não apenas pela obrigatoriedade, claramente exposta na BNCC e nos demais documentos destinados à normatização e organização dos currículos escolares, mas também por sua relevância no que diz respeito às relações planetárias instituídas na contemporaneidade, o ensino deste componente deve transpor esses limites e alcançar outras fronteiras, como demanda da própria Base Nacional Comum Curricular.

No entanto, há aspectos a serem considerados nessa reflexão, que dizem respeito aos passos trôpegos da construção dos currículos na educação formal brasileira. Sobre isso, encontramos respaldo nos estudos de Thiesen (2018a) e Thiesen (2018b) em suas abordagens sobre o tema.

A internacionalização é referenciada por Thiesen (2018a, p. 02) como “expressão marcada por certo consenso enquanto significado de projeção social do sujeito em formação, para uma escala global, embora seja denominada de outras formas”. No entanto, o autor afirma não ter encontrado formulações conceituais para “internacionalização da/na Educação Básica”, apesar de constatar objetivamente a presença de tal projeto nessa etapa do ensino também no Brasil.

Ao abordar a internacionalização e suas implicações na educação básica formal, o estudioso aponta para fortes indícios de padrões internacionais usados como guias nos processos de elaboração das políticas curriculares na educação brasileira. Esses indícios podem ser percebidos em ações governamentais direcionadas à aferição de nível de proficiência dos estudantes por meio das avaliações em larga escala instauradas nos diversos segmentos da educação formal. Os comparativos dos resultados com os níveis educacionais de outros países evidenciam um esforço para equiparar o ensino formal do país à padrões internacionais. Essa prática das políticas educacionais brasileiras, pode ser percebida nas construções dos documentos legais do ensino.

Essa informação pode acrescentar à reflexão, a questão da originalidade da educação formal brasileira que, de certa forma, assemelha-se ao “*primo pobre*” que herda as roupas do “*primo rico*”. Em princípio não há problema nisso, a não ser pelo fato de, muitas vezes, a roupa não se ajustar ao corpo do herdeiro. Metáforas à parte, vale lembrar que as demandas e realidades educacionais locais nem sempre condizem com as de outro país e tão pouco as orientações curriculares de outras culturas terão os mesmos objetivos e alcances.



O pesquisador ainda indica o conseqüente deslocamento das finalidades de formação da escola pública brasileira, de intenção de educação integral⁷, para o ensino por competências e o esforço de equiparação com os níveis de ensino alcançados em outros países. Para ele, a Reforma do Ensino Médio e a aprovação do texto da BNCC (BRASIL, 2018) evidenciam esse padrão. Nesse sentido, Thiesen (2018b) registra evidências de um alinhamento pedagógico, ideológico e político do sistema educacional brasileiro e seu empenho para atender as expectativas da internacionalização em escala global.

Esse empreendimento pode constituir em progresso na política curricular ou pode ser apenas mais um episódio malsucedido na trajetória da educação básica no Brasil. No segundo caso, pode ocorrer o agravamento das desproporções educacionais tão presentes nas redes públicas de ensino e aprofundar as desigualdades educacionais historicamente produzidas pelas frágeis políticas educacionais brasileiras.

Embora, esses sejam aspectos que parecem contrapor à ideia de internacionalização como movimento que perpassa a estruturação educacional no Brasil, o que pretendemos é chamar à reflexão sobre os desdobramentos das leviandades políticas que tanto prejudicam a educação no país. Ademais, não podemos tratar o tema de forma obtusa e indiferente às conseqüências e demandas do mundo globalizado e plural em que vivemos, conforme indica a BNCC (BRASIL, 2018). Sobre essas demandas, Thiesen (2018, p. 02) afirma que há diferentes motivações para que os processos de internacionalização ocorram na educação básica:

Notadamente, há uma perspectiva que vem sendo estimulada e orientada desde uma motivação de natureza econômica tendo em vista o enorme potencial de mercado que a educação atualmente representa. Nesse sentido, a internacionalização da educação apresenta-se como estratégia de desenvolvimento científico, tecnológico e, portanto, de aperfeiçoamento dos processos de globalização em curso.

Por este ângulo, o estudo de língua inglesa pode contribuir para viabilizar a internacionalização na educação básica, como pode ser alternativa para o exercício da cidadania ativa aludida pela BNCC, além de constituir-se em modo de interação, de mobilidade e de continuidade nos estudos para o estudante. É, ainda, uma forma de situar a escola e os processos educacionais no mundo social globalizado e plural.

⁷ Educação integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br>>



Se analisarmos o processo de internacionalização da educação básica com a educação superior, percebemos que, ainda, a temática é pouco explorada nesse nível de ensino, visto que no nível superior, o assunto já está bem definido na pesquisa educacional (MOROSINI, 2017; 2018; 2019; MOROSINI; CORTE, 2018; SANTOS; MOROSINI, 2019; SANTOS; REIS; 2020). Portanto, trata-se de um tema emergente que, pouco a pouco, os professores e pesquisadores precisarão dar conta destas novas demandas e, por extensão, aprimorar as práticas de ensino e aprendizagem de modo a potencializar a educação para uma visão holística, globalizada e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta sinaliza para direcionamentos da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) que podem servir de apoio para a implementação de algumas ações de internacionalização do ensino de língua estrangeira na educação básica. Sua função normativa e organizacional visam o desenvolvimento dos estudantes desta etapa educativa. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi identificar elementos do documento que podem subsidiar a internacionalização do ensino da língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental.

Além da necessidade de contextualizar o ensino de língua estrangeira, a escola deve criar oportunidades de aprendizagem e de mobilização dos saberes. Para tanto, entendemos que é preciso ampliar seus conhecimentos linguísticos, favorecer continuidades no ensino e nas aprendizagens.

Em leitura da BNCC (BRASIL, 2018) verificamos o caráter formativo da língua inglesa como língua internacionalizada não restrita à falantes nativos, o letramento que deslinda a ideia de atuação, construção e reconstrução da língua tendo em conta sua funcionalidade e finalidade e o *status* de língua franca sustentam a estruturação de seus eixos organizadores, da oralidade, da leitura, da escrita, dos conhecimentos linguísticos, da dimensão intercultural.

Esta é uma breve reflexão sobre o ensino de língua estrangeira no ensino fundamental e a possibilidade de implementar processos de internacionalização, tendo como base as leis educacionais vigentes no país como, Diretrizes Curriculares Gerais do Ensino (BRASIL, 2013), Base Nacional Comum Curricular, entre outros.

A educação formal e pública no Brasil está estruturada sobre uma legislação em construção quase permanente, visto que a característica nacional é de uma política de governo⁸ e não de Estado⁹, que, por extensão, cujos direcionamentos e desdobramentos acabam por refletir as dimensões

⁸ Modificadas a cada nova eleição por partidos distintos.

⁹ Política de Estado é entendida como àquela que se mantém e é aprimorada independente do partido político gestor vigente. O foco está na sociedade e na busca de melhoria, considerando o que foi feito em governos anteriores.



territoriais, sociais e culturais do país. Tais direcionamentos, pretendendo ser comuns, não são iguais e são incorporados pela diversidade, pelos regionalismos, pelos elementos locais e culturais que caracterizam a nação como singular e plural. Sobre essa teia multicultural é formada a população brasileira, assim como a educação formal, que por definição ocorre na escola, seja das redes públicas ou privadas.

De alguma forma, a educação no Brasil se faz sobre bases de vários processos de internacionalização no sentido em que pode ser, não apenas percebida através de observação, mas experimentada em todo território nacional sob forma de influência das linguagens, os costumes e os diferentes modos de ser brasileiro.

Nesse sentido, a ideia de gestão de internacionalização dentro do fazer pedagógico no ensino de língua estrangeira no ensino fundamental é uma tarefa complexa no que diz respeito às limitações impostas pela própria distribuição da carga horária e organização das grades curriculares da língua inglesa como disciplina escolar, cujos objetivos não são exatamente voltados para alcance do ensino e da aprendizagem de um idioma.

A Base Nacional Curricular Comum (2018, p. 241), indica o “aprender a língua inglesa como forma de engajamento e participação no mundo social globalizado” e como meio de mobilidade formativa e profissional. Para tanto, a escola deve buscar formas de alinhar suas práticas a essas formas de engajamento, à participação, às interações entre os sujeitos e deles com os ambientes presenciais e virtuais para acessar saberes linguísticos, viabilizar as aprendizagens e a continuidade de estudos, como das construções e desenvolvimento de capacidades de mobilização dos saberes.

Por fim, destacamos que esses saberes possibilitam a ampliação dos horizontes do estudante e suas oportunidades de socializações em dimensões que ultrapassam as fronteiras da língua inglesa e propicia a criação de novas formas de participação no mundo que podem configurar-se como internacionalização, possibilitando seu avanço não somente, para o ensino médio, mas também para as etapas posteriores à educação básica e com uma visão mais globalizada e internacionalizada do seu processo formativo.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 07/01/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.



CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

FINARDI, K.; SANTOS, J.; GUIMARÃES, F. “A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal”. **Interfaces Brasil/Canadá**, vol. 16, n. 1, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MOROSINI, M. C. “Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações”. **Educação em Revista**, vol. 33, n. 1, 2017.

MOROSINI, M. C. “Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais”. **Roteiro**, vol. 42, n. 1, 2018.

MOROSINI, M. C. **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2019.

MOROSINI, M. C.; CORTE, M. G. D. “Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil”. **Revista Educação em Questão**, vol. 56, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SANTOS, G. M. T. **A qualidade da educação superior e a pedagogia universitária: um olhar para a docência** (Tese de Doutorado em Educação). Canoas: Universidade La Salle, 2018.

SANTOS, G. M. T.; REIS, J. P. C. “COVID-19 e internacionalização em casa: potencialidades para o processo de ensino-aprendizagem na educação superior”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 11, 2020.

SANTOS, P. K.; MOROSINI, M. C. “Internacionalização e educação para a cidadania global: a visão de professores universitários”. **Revista Internacional de Educação Superior**, vol. 5, 1, 2019.

SILVA, A. J.; WEIDE, D. F. **A função social da escola**. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.

THIESEN, J. S. “Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na educação básica?”. **Educação em Revista Belo Horizonte**, vol. 34, n. 1, 2018b.

THIESEN, J. S. “Implicações da internacionalização da educação nos currículos da Educação Básica brasileira – algumas notas”. **Anais do IV COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação**. Joinville: UDESC, 2018a.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 33 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima